

A CRISE DOS PARADIGMAS E AS CIÊNCIAS SOCIAIS (*)

José Jorge da Costa Jacintho

Advogado, mestrando em Direito no Programa do Centro
de Pós-Graduação da Instituição Toledo de Ensino, 1ª Turma.

1 - INTRODUÇÃO

A crise dos paradigmas está assentada no questionamento que devemos fazer com relação à especialização das disciplinas científicas e sua autonomia frente ao contexto global de sua produção, ou seja, a problemática social, econômica, política e cultural das sociedades nas quais esta produção se realiza. A questão principal que atravessa essa crise da ciência moderna é a das relações entre o ser e o vir-a-ser. A crise desenvolve-se quando o conjunto de conceitos e técnicas fracassa nas soluções dos problemas, ou seja, a homogeneidade da comunidade científica passa a ser questionada.

O pós-modernismo, caracteriza-se com a expressão crítica do esgotamento do modelo de pensamento que, baseado na racionalidade ocidental (razão iluminista), gerou interpretações do mundo e modelos de sociedades modernas distantes dos sonhos de prosperidade, democratização do consumo e felicidade para todos os indivíduos.

Verificamos que, em vários ramos da ciência, a confiança nos postulados pela comunidade científica vem sendo questionada. Na Sociologia, surge o paradigma da ação social, na História, a nova-história, no Direito, o direito social, todos preocupados em estudar partindo do cotidiano, vendo o homem a partir das microrrelações ou situações individualizadas, não mais do geral ao particular, mas do particular para o geral.

Assim, buscaremos desenvolver: 1) o conceito de paradigma segundo Thomas S. Kuhn, quem primeiro utilizou-se deste termo; depois 2) os paradigmas sociológicos; 3) na História; e, por fim, 3) no Direito.

*Sob orientação da Professora Doutora Iara de Toledo Fernandes.

2 - DESENVOLVIMENTO

O termo paradigma surgiu com Thomas S. Kuhn, na epistemologia pós-popperiana, para designar as conquistas feitas pela ciência e universalmente aceitas. Cumprem a função dos paradigmas os manuais científicos passados nos bancos escolares. Para ele, o conceito de ciência não é unívoco na história. Em cada época, houve sempre um esforço de um grupo de pensadores para construir o que se denomina ciência, segundo o contexto histórico em que ele estava inserido e o consenso sobre o que é ciência, que se instaura quando os cientistas desenvolvem suas pesquisas a partir de um mesmo paradigma. Ou seja, falar de mudança de paradigma, significa referir-se a determinados momentos históricos em que ocorrem profundas rupturas no processo cumulativo da cultura humana. A ciência normal desenvolve-se a partir de problemas surgidos dentro do paradigma vigente, sem a busca de novidades; já a mudança de paradigma dá-se a partir da ciência extraordinária, quando rompidos os dogmas, o paradigma anterior é posto em desfocamento¹.

Buscaremos desenvolver o presente tema enfocando os paradigmas sociológicos os quais têm influenciado as demais ciências, depois a História e o Direito.

2.1 - Paradigma sociológico estrutural

2.1.1 - Sociologia funcionalista de Durkheim

Realiza uma análise dos macroprocessos onde a categoria básica é o princípio da integração. Durkheim faz uma análise das funções; para ele, o consenso é o elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade e para o equilíbrio social. Pautase no modelo biológico para construir sua teoria de sociedade; era um organizacionista.

2.1.2 - Sociologia crítica de Karl Marx:

Lança mão do método do materialismo histórico, cujo princípio é o da contradição e essa contradição é dialética porque os interesses das classes (dominada e dominante) são antagônicos. Faz uma análise partindo da crítica à sociedade capitalista.

2.2 - Paradigma da ação social:

Através da Microsociologia reduz-se a ação social à unidade, faz-se uma análise a nível de cotidiano, uma ação é social toda vez que ela se dirigir ao outro; nesse processo, há um envolvimento de ambas as personagens. A interação se faz entre duas pessoas (EU - TU) e está perpassada por uma simbologia, na qual o EU é original, intransferível e subjetivo, já o MIM é introjetado pelo social. A abordagem microsocial tenta decodificar o grau de interação entre o (EU-TU).

¹REALE, Giovanni, ANTISÉRIE, Dário. *História da Filosofia. Do Romantismo até nossos dias*, SP: Paulinas, 1991, páginas 1042/1046.

2.21. - Escola do interacionismo simbólico:

Tem representação em George H. Mead. Para ele, a sociedade é o pano de fundo para a formação do homem e da mente. Para que a sociedade exista, é preciso que haja a cooperação. Qualquer ação tem regulamentação e depende de mecanismos inconscientes. O indivíduo não responde ao ato, mas à intenção. É sempre mais simbólico; a linguagem, muitas vezes, não expressa nossas intenções. Em sua obra: "A mente, o Self e a Sociedade", esta última é uma categoria pré-existente ao Self e à Mente, e o Self é a somatória do EU mais o MIM.

A ação individual é uma construção a partir da interpretação do sentido das ações dos outros. A captação mais eficaz da realidade se dará quando o pesquisador assumir o papel do outro e ver o mundo a partir dos olhos dos pesquisados, ou seja, na observação participante. O interacionismo simbólico não aborda a relação entre o nível microsocial e o macrosocial, perdendo de vista assim, a totalidade.

2.2.2.- Etnometodologia

Fundamenta-se na fenomenologia que se expressa no egoísmo etnocentrado no indivíduo e representa uma proposta individualista emergente na nova fase do capitalismo neoliberal. A perspectiva de Harold Garfinkel demonstra que "a realidade objetiva dos fatos sociais como um contínuo desenrolar das atividades da vida cotidiana, como as maneiras ordinárias e artesanais é para quem faz sociologia um fenômeno fundamental porque as atividades são o fenômeno fundamental da sociedade prática".

A etnometodologia se insere no interacionismo simbólico ao tentar ver o mundo através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e as ações sociais que desenvolvem.

2.2.3 - Dramaturgia social de Erving Goffman

Dá ênfase nos macroprocessos sociais e recebe influência do interacionismo simbólico de Mead. Para ele, o indivíduo está constantemente representando papéis na sociedade; nós não somos autênticos, a vida é constituída de palcos para representarmos nossos papéis (igreja, escola, sindicato etc.) . Esses palcos são ricos de símbolos e rituais que organizam o cenário do nosso cotidiano^{2 3}.

3.0 - PARADIGMAS E A HISTÓRIA

A História, como não poderia deixar de ser, igualmente passa por crises. A História tradicional vem sendo questionada desde 1929 pela escola dos Annales, abrindo novas formas de pesquisa, de visão, de análise de documentos. Este novo tipo de História denominou-se História Nova.

²ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *Neoliberalismo e Pendamento Cristão*. Petrópolis: Vozes, 1994.

³BRANDÃO, Zaia (Org.). *A crise dos Paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1.994.

3.1 - A História tradicional

A História tradicional é a positivista, fundada no século XIX. Este tipo de História é narrativa, factual, voltada para a política conta os acontecimentos de forma a mascarar as verdades históricas, omitindo, às vezes, acontecimentos dos bastidores, não faz crítica aos documentos, não busca o que está oculto. Geralmente, é a História dos vencedores; é superficial.

3.2 - A História nova

Não satisfeitos com a História tradicional, por volta de 1929/1930, foi fundada pela Escola dos Annales, a História Nova. "A História nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a História [...], fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documetos orais, etc."⁴ Busca ela resgatar a realidade dos movimentos sociais de massa; agora, não só na visão dos vencedores, mas também, dos vencidos.⁵

Afirma Ariés, "sublinhei a oposição entre dois tipos de abordagem, um, que privilegia a evolução, outro, que privilegia a lógica e a sincronia." Afirma que a idéia de evolução tornou-se inócua, dá a idéia de que há um motor que a tudo move. Não há uma causa, mas várias e devemos buscar a lógica do sistema tal como ele é e se apresenta.⁶

Como fruto de uma História crítica, fundada a partir do microsocial, surgiram variações que buscam a verdade, o movimento histórico: nos costumes, nas mentalidades, técnicas, porém, buscando sempre a totalidade⁷.

4.0 - OS PARADIGMAS E O DIREITO

Também o Direito, como ciência social aplicada, a partir do sec. XIX passou a sofrer a influência do positivismo, colocando como justo apenas o que se encontrava nas leis. Esta posição é a que tem prevalecido nos meios acadêmicos e na prática forense até nossos dias. Não há um questionamento quanto às relações sociais e a condição dos sujeitos de direito, partes contratantes ou processuais. O que diz a lei é aplicado, sem questionamento. Com o privilégio da técnica, a investigação firme da verdade fica inibida, no entanto, muitos conseguem dormir tranqüilos.

Surge hoje nova perspectiva que afirma a busca da efetividade do processo e das leis, a fim de realmente solucionar os conflitos de interesses não apenas nas aparências, mas sim com vistas ao consumidor do direito e pugnando pelo fim da litigiosidade contida pela má justiça que tem sido aplicada. Trata-se de ver o processo como instru-

⁴LE GOFF, Jacques. Eduardo Brandão (trad). *A História Nova*, Martins Fontes, - não consta o ano da edição - pág. 28/29.

⁵LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* Pág. 31/32.

⁶ARIÉS, Phelippe. *Uma Nova Educação do Olhar*. Texto tirado da Apostila do Curso de Especialização em História Social, Prof. Ivan Manoel.

⁷LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* Pág. 45.

mento, veículo do direito material. Há também a semente plantada por Gurvith, de um direito social, nascido no seio da sociedade, a par com o direito do Estado.

4.1 - O Positivismo Jurídico

O juspositivismo lutou em sua época contra o jusnaturalismo e o realismo jurídico. O primeiro somente coloca a validade no campo do justo, porém esse justo deve estar de acordo com a natureza⁸. Para eles, a Lei encontrava-se dentro do homem (Descartes – Idéias Inatas), ou no seio social⁹. Já o realismo jurídico, coloca no campo da eficácia, a validade da norma desvincula o direito da idéia de justiça. Comentam Giovanni e Dario " [...] o direito não se funde com os ordenamentos jurídicos constituídos. Ao contrário, o direito surge daquela realidade social onde os comportamentos humanos fazem e desfazem as normas de conduta.

Direito não é a norma justa (por certa ética filosófica), mas sim a regra eficaz que emerge da vida vivida pelos homens. [...].

O positivismo jurídico tenta manter separados os campos da validade, eficácia e justiça, orientando-se para o estudo científico do direito, afirmam os autores supra mencionados que não há conteúdo ideológico na posição de Kelsen, haja vista que visava ele apenas a estudar o direito positivo. O positivismo ideológico é aquele que afirma a justiça das normas por serem elas elaboradas por quem tem força para fazê-lo. Diferencia afirmando que para Kelsen o que constitui o direito é a validade jurídica, enquanto a ideológica coloca no "*princípio*" a criação da justiça¹⁰.

Hoje a crítica ao juspositivismo tem sido posta no sentido de que no Estado Democrático e Constitucional de Direito a lei (*stricto sensu*), nem sempre é a palavra definitiva do regramento de uma dada sociedade, há enorme distância entre o dever ser normativo e o ser efetivo da sociedade; o direito é criado por segmentos sociais organizados, em detrimento dos menos informados e desorganizados; a liberdade do juiz ao julgar é técnica, deve pautar-se dentro do rígido ordenamento jurídico, mesmo que isto signifique distanciar-se da realidade social.¹¹

Além dos argumentos supra, sabemos que tanto Kelsen como os positivistas ideólogos partem do mesmo princípio e que inexistente neutralidade científica.

4.2 - A Efetividade do Direito

Grande parte da doutrina vem defendendo o acesso à justiça¹² e a efetividade do direito através de um processo que retome sua forma instrumental, de veículo do direito do consumidor de justiça¹³.

⁸REALI, Giovanni. Antisérie, Dario. *História da Filosofia – Do Romantismo até nossos dias*. São Paulo: Paulinas, 1991, pág. 905/906.

⁹REALI, Miguel, 1910. *Filosofia do Direito*. 1ª Edição, São Paulo, 1985.

¹⁰REALI, Antisérie. *Op. cit.*, pág. 909.

¹¹GOMES, Luiz Flávio. *Modelos de Atuação Judicial: Rumo à Constitucionalização do Juiz do Terceiro Milênio*. In Justiça e Democracia. Vol. 02., RT, 1996, pág.60/61.

¹²CAPPELLETI, Mauro. *Acesso à Justiça*. [trad. Ellen Gracie Northfleetz]. Porto Alegre: Fabris, 1988.

¹³DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. Malheiros, 5ª edição, 1996.

Esta linha de pensamento pugna pelo interesse do consumidor de justiça e menos para os operadores do direito. Deixa a técnica de lado para dar eficácia ao direito garantido pelas leis, observa o lado mais frágil na relação jurídica de direito material e processual, para tanto, procuram inclusive aumentar os poderes do Juiz¹⁴, a fim de defender aqueles que não podem pagar um advogado que se especialize, dos que estão acostumados a demandar, do poder econômico, dentre outros.

Como a Sociologia e a História buscam as situações jurídicas a fim de, sob um novo olhar, aplicar uma justiça que vise ao social.

4.3 - O Direito Social

Em época de crise e constatação da falência dos conceitos, busca-se, na linguagem de Kuhn, fora da ciência normal, novas formas de atuação naqueles autores que antes foram colocados de lado, revolucionários. Um desses autores é Georges Gurvitch que formulou em meados do século, época também difícil em face da Segunda Grande Guerra, a idéia de direito social. Para ele, segundo Moraes¹⁵ deveria haver tantos sistemas jurídicos quantos fossem os grupos sociais, quebrando a hegemonia do direito individual e do direito estatal como fonte. Não se vê completo, mas sempre a ser completado por novas formas conforme os saltos sociais dos grupos, impondo-se pela legitimação. Ao indivíduo que infringisse as normas firmadas pelo grupo haveria a possibilidade de desligar-se dele a fim de safar-se da sanção da norma.

Segundo o autor supra mencionado, as principais características do Direito social para Gurvitch são:

- "a) Função Geral: *integração objetiva de uma totalidade*, o que significaria que o fazer parte ativa em uma ordem dada não implicaria, mesmo com a imposição de obrigações, uma superposição da mesma sobre seus membros de forma desvinculada;
- b) o fundamento da força obrigatória do Direito social vem do próprio grupo que se auto-regula, uma vez que este direito é engendrado por cada grupo diretamente;
- c) conseqüentemente, o objeto do direito social (sic) é a regulamentação interna da totalidade do grupo que ele compõe;
- d) a estrutura da relação jurídica de direito social é dada pela participação do todo como um sujeito não-exterior não-estrangeiro – aos membros do grupo, individualmente tomados;
- e) sua manifestação externa apresenta-se, à diferença do direito social estatal, como um poder social do todo sobre seus membros, inexistindo, como regra, a possibilidade de sanção incondicionada, pois há sempre presente a alternativa de o interessado - sujeito passivo - retirar-se do grupo independentemente de autorização;
- f) primazia no interior do grupo ao direito social inorganizado em relação ao direito

¹⁴SANTOS, José Roberto Bedaque. *Poderes Instrutórios do Juiz*. RT, 1991.

¹⁵MORAIS, José Luiz Bolzan de. *A idéia de Direito Social: Pluralismo Jurídico de Georges Gurvitch*, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

social organizado, à exceção de que este esteja justificado naquele e seja, então um verdadeiro *droit d'intégration*;

g) os sujeitos do direito social são as pessoas coletivas complexas que, à diferença dos atores de direito individual - *soit des individus disjoints, soit des personnes morales, conçues comme des unités simples, absorbant complètement leurs membres* - (sejam indivíduos isolados, sejam pessoas morais, concebidas como unidades simples, absorvendo completamente seus membros) possuem uma estrutura que consiste na *organization de l'unité à l'intérieur même d'une multiplicité, dont les membres conservent leur personnalité partielle dans le sein de la personnalité totale*. (organização da unidade no interior mesmo de uma multiplicidade, da qual os membros conservam sua personalidade parcial no seio da personalidade total.) Ou seja: não há diluição do membro na totalidade do grupo.

Em nossa perspectiva, podemos expor este direito social como 1) um direito de comunhão, 2) um direito de coletividade, 3) um direito interior, onde 4) não há separação entre produtores e consumidores e 5) cuja efetividade não está atrelada à idéia de sanção incondicionada, como repressão ao comportamento desviante." p. 38 e 39.

No Direito Social, buscou-se os novos conceitos de direitos transindividuais, no entanto, a fim de manter a ordem estabelecida.

4.4 - A Crise no Direito - Legalidade X Legitimidade

A crise do positivismo jurídico tem se firmado sob o título legalidade *versus* legitimidade, voltando, a nosso ver, a velhas delongas entre ele e o realismo jurídico. A diferença é que tem surgido novas formas de interpretação fundada no existencialismo, as quais têm prevalecido nos meios acadêmicos, citamos como exemplo Recassen Siches, tão bem aceito.

Na prática, Faria¹⁶ traz à tona em sua obra, abordando o comportamento dos juízes ante os conflitos sociais, acórdão da lavra do Egrégio Tribunal de Alçada de Porto Alegre onde houve votos fundados no positivismo-legalista e no da legitimidade, o qual, a nosso ver, tem vínculo com o realismo jurídico de outrora.

Retira alguns tópicos de tais votos, os quais aqui pedimos vênua para transcrever: 1) "Nunca é demais insistir-se que ao Judiciário cabe aplicar o direito (dizer o direito) às situações contenciosas para que prevaleça o valor justiça. Não é justa a solução jurisdicional que afronta o direito. Pode ser caridosa, quando muito. Mas não é função do órgão jurisdicional praticar a caridade, no sentido popular do termo, isto é, condoendo-se diante de uma situação social e buscando meramente superá-la no bojo do processo, ao arrepio da lei, por motivos meramente morais. Na cena judiciária, o conceito de justiça conforma-se ao conceito de direito. E, se não se confunde com a legalidade, não pode aberrar ao ordenamento jurídico posto. (...) (Portanto), a justiça prestada

¹⁶FARIA, José Eduardo, 1949. *Justiça e Conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*, 2ª edição, São Paulo: RT, 1992.

pelo órgão jurisdicional é a justiça que flui o direito. Não a justiça moral. E se a norma legal não aberra o direito, impõe-se ao juiz aplicá-la, ainda que lhe pareça injusta...."

2) "(...) Uma visão integral do direito exige, não só no plano da filosofia, mas também e muito mais no da prática judicial, que os julgamentos levem em conta não só as normas legais, estabelecidas para resolver casos que usualmente costumam ocorrer, mas também os novos fatos sociais, não previstos nas leis, e que devem ser objeto de valorização contemporânea, não necessariamente igual à que fariam os que legislaram no passado. Três são as funções do juiz: a de aplicar as leis, que é a mais frequente; a de integrar o direito, através da qual se colmam lacunas e, finalmente, a mais importante, a de fazer justiça. Para o Juiz, o valor "justiça" deve estar no ápice da hierarquia dos valores. Constitui, talvez, deformação imputável ao positivismo jurídico a circunstância de no foro indagar-se tanto a respeito da solução legal, e tão menos da solução justa. [...] O judiciário, por ser um Poder, não pode ficar apenas na posição subalterna de obediência a comandos emitidos pelos demais poderes. Deve colaborar com o Legislativo e Executivo na solução dos problemas sociais. Não pode o judiciário ser injusto, aguardando sobrevenha lei justa, máxime quando o legislador se omite..."

Esta, portanto, a crise dos paradigmas no direito atualmente.

5. CONCLUSÃO

A nova etapa do sistema capitalista de produção que se expressa no Neoliberalismo precisa do sujeito, a lógica do sistema precisa de renovação. O indivíduo é uma célula capaz de girar em torno de si mesmo e essas teorias vêm ao encontro das novas nuances desse capitalismo centrado cada vez mais no sujeito e não no coletivo. A nova proposta traz o egoísmo étnico que implica a exclusão dos menos favorecidos.

"No mundo globalizado do próximo século, quaisquer que sejam as novas formas do poder político só terão lugar decente os povos que entrarem nesse processo a partir das nações bem estruturadas. Os que não conseguirem atingir esses objetivos transformar-se-ão em grandes zonas de livre comércio, cuja prosperidade dependerá da concorrência entre as corporações transnacionais."¹⁷

O direito, mesmo com todas as modificações em debate, não pretende quebrar a lógica da hegemonia do direito estatal privilegiando grupos, mas sim, reforçar sua posição com a proteção de alguns interesses que, indiretamente privilegia a classe dominante¹⁸.

¹⁷ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. *Neoliberalismo e Pensamento Cristão*. Petrópolis: Vozes, 1994, pág. 132.

¹⁸Morais, *op. cit.*, pág. 95:97 ensina: "...Pelo contrário, há uma revalorização da ordem estatal e suas garantias, tais como o Estado de Direito. Fala-se, antes, apenas na suposição de sua abrangência. Por outro lado, aproximam-se por terem como pressuposto a pertinência comum e o gozo compartilhado. Este aspecto de possibilidades recoloca Gurvitch no centro das atenções jurídicas quando, hoje, buscamos referências para trabalhar com as questões primordiais referentes às relações humanas, tais como: consumo, meio ambiente, produção e todas aquelas redefinidas pelo Estado do Bem-Estar: saúde, educação, habitação, etc...

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. Neoliberalismo e Pensamento Cristão. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ARIÉS, Felipe. Uma Nova Educação do Olhar. Páginas 21:31. Texto tirado da apostila do Curso de Especialização em História Social, O conceito de Evolução e Noção de Progresso, Iluminismo, Marxismo e Nova História (não consta editora ou ano da obra).
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos, Poderes Instrutórios do Juiz. São Paulo: RT, 1991.
- BRANDÃO, Zaia (Org.). A crise dos Paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 1994.
- CAPPELLETTI, Mauro. Acesso à Justiça. [trad. Ellen Gracie Nortfleet] Porto Alegre: Fabris, 1998.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A Instrumentalidade do Processo. 5ª edição. São Paulo: Malheiros, 1996.
- FARIA, José Eduardo, 1949. Justiça e Conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais, 2ª edição, RT, 1992.
- GOMES, Luiz Flávio. Modelos de Atuação Judicial: Rumo à constitucionalização do Juiz do terceiro milênio., in Justiça e Democracia. Revista Semestral de informação e Debates, Vol. II. São Paulo: RT, 1996.
- LE GOFF, Jacques. A Nova História [trad. Eduardo Brandão]. Martins Fontes, págs. 01:11 e 24:63 (não consta ano da edição).
- MORAIS, José Luiz Bolzan de. A Idéia de Direito Social: O Pluralismo Jurídico de Georges Gurvitch. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- REALE, Giovanni; Antiserie, Dario. História da Filosofia, vol III - Do romantismo até nossos dias. São Paulo: Paulinas, 1991.
- REALI, Miguel, 1910. Filosofia do Direito. 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 1983.